



## **Boletim Informativo #75**

### **21 de maio de 2021**

#### **PMAC deve afirmar-se como instrumento chave da política de desenvolvimento sustentável de Coimbra**

Durante o período de consulta pública do [Programa Municipal para as Alterações Climáticas](#) (PMAC) para a próxima década, o Movimento Somos Coimbra fez questão de enviar o seu contributo à Câmara Municipal de Coimbra (CMC), reunindo um conjunto de comentários e de sugestões para apreciação.

Os contributos do Somos Coimbra subdividem-se em propostas de alteração metodológica, em propostas de medidas aplicadas aos diferentes campos setoriais e em comentários específicos. Ler contributo completo [aqui](#).

O Movimento Somos Coimbra entende que o PMAC tem de se afirmar como um instrumento chave e orientador da política de desenvolvimento sustentável do Município. Não pode, por isso, ser mais um mero documento de avaliação generalista para “meter na gaveta”.

De facto, o PMAC deve condicionar o desenvolvimento e revisão dos inúmeros instrumentos de planeamento e de gestão municipal e tem de se assumir como um programa orientador, objetivo, quantificado e que integre um número bem definido de ações muito concretas e de medidas devidamente pensadas e viabilizadas (técnica e financeiramente), para que possam ser concretizadas, total ou parcialmente, no período de 10 anos.

Basta atentar à destruição da galeria ripícola da margem direita do Mondego, para a qual não se conhece qualquer planeamento, e aos erros, limitações e insuficiências do chamado Plano Municipal de Arborização 2021, para se perceber a enorme e chocante contradição entre a teoria generalista e a prática concreta da CMC.



Cartoon da autoria do [Movimento Humor](#)

[Ler mais informação aqui](#)

---

## Prorrogação da Estratégia de Reabilitação Urbana da Alta: Resultados demonstram incapacidade do PS

Na última Reunião de Câmara foi proposta a Prorrogação da Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana Coimbra Alta. Tal como deu conta a vereadora Ana Bastos, apesar dos múltiplos apelos da oposição, foi preciso terminar o prazo temporal de execução das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) da Alta, para os vereadores terem acesso ao primeiro relatório de execução, demonstrando como o executivo socialista não tem qualquer respeito pela Lei.

Tal como estabelecido no RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), era suposto ter sido feita a apresentação de relatórios anuais ao executivo e de relatórios quinquenais à Assembleia Municipal (AM) mas, ao longo de oito anos e meio, nem o executivo nem a AM tomaram conhecimento dos níveis de execução das Áreas de Reabilitação Urbanas (ARUs), sendo por isso, impossível rever normas e procedimentos que permitissem incentivar o investimento na reabilitação urbana.

Para a Alta, previa-se inicialmente o investimento global de mais de 50 milhões de euros e terminado o prazo temporal da ORU, o investimento limitou-se aos cerca de 9 milhões de euros de investimento privado e de 5,5 milhões de euros por parte da CMC, representando um nível de execução inferior a 30%.

Estes resultados demonstram a incapacidade do PS para executar o plano, prejudicando gravemente a Alta e Coimbra e a necessidade de uma monitorização e de um acompanhamento sistemático da execução destes instrumentos de gestão territorial para, em função dos níveis de execução, serem revistas as políticas de incentivo à reabilitação urbana.

[Ler intervenção na íntegra aqui](#)

---

## ARU de Santa Clara continua sem dispor de uma Operação de Reabilitação Urbana aprovada

A propósito da proposta de financiamento no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) da Reabilitação de um edifício na Quinta da Várzea, apresentada na última Reunião de Câmara, o Somos Coimbra alertou para o facto da ARU de Santa Clara continuar sem dispor de uma ORU aprovada.

---

Nesse sentido, o Somos Coimbra colocou um conjunto de questões: “Qual o estado de desenvolvimento da ORU? Qual será o prazo temporal para a sua execução?”, etc. Tal como referiu a vereadora Ana Bastos, era importante que a coligação PS-PCP informasse a cidade sobre o que se perspetiva para o desenvolvimento de toda aquela zona ribeirinha, que para além de património natural, concentra ainda um grande potencial de desenvolvimento urbanístico e paisagístico.

O PS Coimbra persiste num caminho de tomada de decisões casuísticas, pontuais e desintegradas, negligenciando a criação de instrumentos de planeamento e de gestão que orientem de forma estratégica o desenvolvimento territorial e urbanístico, garantindo a coerência do seu todo.

[Ler intervenção na íntegra aqui](#)

---

## Somos Coimbra defende que a dispensa de estacionamento só deveria ser aplicada *in extremis*

Nas Reuniões do Executivo são várias vezes apresentados pedidos de dispensa de estacionamento e a última Reunião não foi exceção, com o caso de um pedido de dispensa de estacionamento que procura viabilizar uma alteração de solo, através da transformação de uma garagem num pequeno espaço de comércio.

Como deu conta o Movimento, o PS Coimbra continua a agravar as condições de circulação dos espaços centrais, licenciando alterações ao uso do solo, sem ter noção dos impactes que tal alteração acarretará no normal funcionamento da cidade, e sem salvaguardar o pagamento de qualquer compensação que permita à CMC dispor de um fundo municipal ambiental para reforço de infraestruturas/serviços alternativos.

Nesse sentido, o Somos Coimbra defendeu que a aplicação do disposto no artigo n.º 133 do Regulamento do PDM relativo à dispensa de estacionamento deveria ser condicionada a situações muito específicas e *in extremis*, e não de forma generalizada e banalizada, como tem vindo a ser aplicada, sem sequer serem instituídas as devidas, necessárias e justas compensações pecuniárias.

[Ler intervenção na íntegra aqui](#)

---

## Como promover a integração da população migrante no Concelho de Coimbra? - Contributo do SC para a Colectiva

A [Colectiva](#) perguntou às diversas forças políticas da cidade " Como promover a integração da população migrante no Concelho de Coimbra?", no âmbito da rubrica "[Questões Coimbrãs](#)". José Manuel Silva, candidato a presidente da CMC pela coligação Juntos Somos Coimbra, respondeu em nome do Movimento.

José Manuel Silva começou por alertar que *“as migrações forçadas são consequência do desequilíbrio do modelo económico mundial, gerador de profundas desigualdades e injustiças que forçam as pessoas a procurarem a sobrevivência em regiões distintas daquelas onde nasceram e cresceram”*.

*“Preocupam-nos problemas como a vulnerabilidade da mulher imigrante, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e de habitação, as dificuldades nos processos de regularização e no reconhecimento de habilitações, os fracos apoios no ensino da língua materna e ao associativismo, etc.”*, alertou o candidato à presidência da CMC.

*“Ao contrário de outros concelhos, a Câmara de Coimbra não tem ainda um Programa Municipal específico para a Inclusão de Imigrantes, que, em diálogo com os migrantes e as suas associações, iremos desenvolver no futuro, com o diagnóstico local, as respostas integradas pluridisciplinares disponíveis e a criar e os compromissos e apoios da autarquia. De igual forma, iremos promover a adesão de Coimbra à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade e a participação dos migrantes em atividades culturais e políticas locais”*, conclui o vereador.

[Ler contributo na íntegra aqui](#)

---

---

Siga-nos nas nossas redes sociais:

